

Brasil deve fechar acordo com o FMI ainda este mês

Cecília Costa

O Brasil deve fechar neste mês de julho o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Segundo informaram ontem fontes governamentais, o FMI praticamente já aceitou a proposta brasileira de realizar, este ano, um corte de Cr\$ 56 trilhões no déficit de caixa do Governo, que atinge Cr\$ 109 trilhões, financiando os restantes Cr\$ 53 trilhões através da emissão de moeda e da colocação líquida de títulos no mercado aberto.

E o primeiro passo no sentido da realização deste corte, "visto com bons olhos pelo FMI", foi dado ontem, com o anúncio da redução nas despesas das empresas estatais, autoridades monetárias e Previdência Social no total de Cr\$ 28,6 trilhões. Para chegar aos Cr\$ 56 trilhões, as autoridades governamentais ainda tomarão, a curtíssimo prazo, outras medidas fiscais, como a antecipação da cobrança de IR sobre os juros dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBS) pós-fixados, a fim de aumentar a arrecadação do Tesouro em Cr\$ 16 trilhões.

Contam, ainda, com a obtenção de Cr\$ 12 trilhões por meio da administração do fluxo de caixa, ou seja, antecipação de cobranças e atraso de pagamentos a credores do Governo, principalmente.

A emissão de moeda prevista para este ano, a fim de cobrir os restantes Cr\$ 53 trilhões do déficit de caixa, é de Cr\$ 32 trilhões, o que representa uma expansão de 15% na base monetária, e a colocação líquida de títulos está estimada em Cr\$ 30 trilhões. Desses Cr\$ 30 trilhões, Cr\$ 15 trilhões já foram colocados no mercado aberto, no primeiro semestre, pelo Banco Central, faltando apenas Cr\$ 3 trilhões, teoricamente, já que os restantes Cr\$ 12 trilhões correspondem a títulos vendidos para cobrirem juros da dívida pública federal.

Déficit operacional zerado

Foi no último dia em que a missão do Fundo Monetário Internacional se encontrava no Brasil que os negociadores brasileiros praticamente convenceram os técnicos do Fundo a aceitarem o corte de Cr\$ 56 trilhões, ao apresentarem um trabalho feito pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues da Silva.

Neste trabalho, o economista demonstrou que o corte de Cr\$ 56 trilhões, feito com a redução de despesas, aumento na arrecadação e administração do fluxo de caixa, acarretaria praticamente a eliminação do déficit operacional do setor público, exigida pelo FMI, pois existe uma relação contábil entre o conceito de déficit de caixa e o conceito de déficit operacional, apesar de serem calculados com base em itens e abordagens conceituais diferentes.

Segundo calculou Rodrigues, ao reduzir praticamente pela metade o déficit de caixa, o Governo estaria obtendo um superávit operacional de 0,3% do Produto Interno Bruto, agora em 1985, dentro dos critérios do FMI.

O resultado tende a ser excepcional, já que em 1983 o déficit operacional do setor público foi de 3,2% do Produto Interno Bruto e, em 1984, havia ficado em 1,6%, não podendo o Fundo exigir ajuste maior de um ano para o outro.

No que diz respeito ao déficit de caixa e não ao operacional, a redução de Cr\$ 56 trilhões faz com que caia de 6,7% do Produto Interno Bruto (posição de 1984, quando estava em Cr\$ 26 trilhões) para 4,2% do PIB, ao ficar em Cr\$ 53 trilhões, este ano.

Uma discussão que ficou ainda pendente foi quanto à colocação líquida de títulos no mercado aberto de Cr\$ 30 trilhões, este ano, pois segundo a equipe do Fundo esse valor ainda seria muito elevado, representando um aumento real na dívida pública mobiliária federal de 60%. Os técnicos do FMI, antes de irem embora do Brasil, teriam afirmado que só aceitariam uma colocação líquida de Cr\$ 12 trilhões, correspondente à estimativa do custo da rolagem da dívida em 85, pois dessa forma o aumento real seria de 24%.

Silvio Rodrigues lembrou, no entanto, em seu documento, que como dos Cr\$ 30 trilhões, Cr\$ 12 trilhões seriam captados para cobrir encargos, na realidade a colocação acima dos resgates teria que ser apenas de Cr\$ 18 trilhões, ficando para o segundo semestre a ridícula soma de Cr\$ 3 trilhões.

E sua argumentação parece ter sido aceita.

Empréstimos voluntários

É muito importante para o Brasil fechar o acordo com o FMI agora em julho, frisou a fonte governamental, porque é difícil prever se os bancos credores, sem a obtenção do sinal verde do FMI, aceitarão prorrogar por mais 90 dias, em fins de agosto, o acordo temporário que mantém em vigor as linhas comerciais e as linhas interbancárias de crédito (estas somam 16 bilhões de dólares). Para demonstrar como são instáveis essas linhas interbancárias, essenciais ao país, pois se forem interrompidas o Brasil entra rapidamente em nova crise cambial no mercado financeiro de Nova Iorque, o técnico do Governo informou que o acordo temporário, na realidade, não existe na prática.

Nem todos os bancos assinaram a segunda prorrogação, em fins de maio, explicou. Por enquanto, no entanto, a situação do país é mais do que excepcional. Além de estar com reservas internacionais em 8,25 bilhões de dólares (posição de caixa, sendo que no conceito de liquidez internacional do FMI o país detém cerca de 12,5 bilhões de dólares em reservas), o Brasil está conseguindo ir além dos 16 bilhões de dólares em linhas interbancárias.

Os bancos estrangeiros estão voluntariamente concedendo mais recursos de curto prazo aos bancos brasileiros — o total do interbancário chega a 16,5 bilhões de dólares.

PROJETOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO					
ECONOMIA PREVISTA					
Projetos	1985	1986	1987	1988	Cr\$ bilhões de 1985 Após 1988
I — Estatais Federais	186,5	2.818,9	3.725,7	3.796,5	31.641,2
1. 3ª etapa do projeto acominas	—	898,2	983,2	695,5	277,6
2. Usinas Termonucleares de Iguaçu I e II	—	—	—	—	20.284,8
3. Usina Termonuclear de Angra III	46,8	744,8	985,5	1.412,8	1.740,3
4. Projeto Alcanorte	—	459,3	401,9	182,8	—
5. Expansão e novos projetos da Caraliba Metala	14,0	68,2	22,0	22,0	—
6. Ferrovia do Aço	—	49,9	399,2	449,0	540,0
7. Eclusa de Tucuruí Fase II	—	—	—	303,2	955,8
8. UTE Rondonia II	125,7	241,5	241,5	120,7	—
9. UHE Manso	—	86,3	148,4	82,7	—
10. UHE Coaracy Nunes	—	31,5	(54,6)	(49,5)	—
11. UHE Serra da Mesa	—	169,1	505,9	132,7	—
12. UHE Ilha Grande	—	70,1	58,0	343,0	7.842,7
13. UHE Machadinho	—	—	34,7	101,6	...
II — Empresas Concessionárias de Energia Elétrica	341,3	27,7	(72,7)	246,3	...
1. UHE Candioti III (CEEE)	189,0	(199,0)	(226,3)	121,4	...
2. UHE Dona Francisca (CEEE)	—	64,3	94,3	104,4	...
3. UHE Ávila (Cepon)	52,1	78,2	—	—	...
4. UHE Costa Rica	38,8	43,8	18,8	—	...
5. Sistema Magesse (Cemat)	61,4	40,4	40,5	20,2	—
TOTAL	527,8	2.846,6	3.653,0	4.042,8	31.641,2

COMPOSIÇÃO DO CORTE NOS INVESTIMENTOS				Cr\$ BILHÕES
EMPRESAS	CORTES DECORRENTES DA PARALISAÇÃO		REDUÇÃO RITMO 1986 — DE MAIS PROJETOS SUGERIDOS-SEST	TOTAL DO CORTE EM 1985 (A + B)
	1985 (A)	APÓS 1985 (B)		
Grupo Petrobrás	—	—	3.120,0	3.120,0
Grupo Eletrobrás	125,7	10.106,3	6.758,8	6.884,5
Grupo CVRD	—	—	1.184,5	1.184,5
Itaipu	—	—	818,6	818,6
Grupo Siderbrás	—	2.576,9	780,1	780,1
Grupo Nuclebrás	46,8	25.168,2	653,3	700,1
Grupo Telebrás	—	—	1.349,3	1.349,3
Grupo RFFSA	—	1.313,3	1.169,8	1.169,8
Demais empresas	14,0	2.415,2	3.327,6	3.251,6
Estatais federais	186,5	41.579,9	19.072,0	19.258,5
Concessionárias estaduais	341,3	201,3	...	...
TOTAL	527,8	41.781,2	...	...

EMPRESAS ESTATAIS				Cr\$ bilhões
CONTENÇÃO NOS INVESTIMENTOS				
Empresas	Proposto Empresas (A)	Sugerido Sest (B)	Contenção (A - B)	
Grupo Petrobrás	15.670,0	12.550,0	3.120,0	
Grupo Eletrobrás	18.077,0	11.192,5	6.884,5	
Grupo CVRD	6.634,5	5.450,0	1.184,5	
Itaipu	4.118,6	3.300,0	818,6	
Grupo Siderbras	3.293,6	2.513,5	780,1	
Grupo Nuclebras	2.300,1	1.600,0	700,1	
Grupo Telebrás	6.391,9	5.042,6	1.349,3	
Grupo RFFSA	3.617,8	2.448,0	1.169,8	
Demais empresas	7.776,5	4.524,9	3.251,6	
Total	67.880,0	48.621,5	19.258,5	
Em 04/07 — 1940				